

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Decisão do TST contra Petrobras atinge R\$ 31 bi	2
Título: Indiretamente, Congresso pressiona dívida da petroleira.....	4
Título: Cosan propõe holding única e IPOs	6
Título: Destaques	7
Título: FS toma R\$ 530 milhões em crédito verde	7
Título: Empresa ajusta plano de investimentos	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Jetons inflam rendimentos no 1º escalão do governo	11
VEÍCULO: O Globo.....	14
Título: A velha Mataripe.....	14
Título: Governo acena ao Legislativo com um novo pacote	14

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/07/2020****Seção: Empresas****Autor: Luísa Martins — De Brasília****Título: Decisão do TST contra Petrobras atinge R\$ 31 bi**

Os dois anos transcorridos desde a condenação da Petrobras na maior ação trabalhista da sua história aumentaram de R\$ 17 bilhões para R\$ 31 bilhões o passivo judicial da estatal para corrigir os salários de 51 mil servidores nos termos da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Sem previsão de um desfecho definitivo e em meio à crise econômica decorrente da pandemia, a companhia busca no Supremo Tribunal Federal (STF) formas menos onerosas de garantir os pagamentos.

A empresa foi condenada em junho de 2018 pelo plenário do TST a reajustar os subsídios dos funcionários devido a uma irregularidade nos critérios de complemento da sua política de salários - a Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), estabelecida em acordo coletivo em 2007. O julgamento durou nove horas e foi decidido no último voto. O placar ficou em 13 a 12.

Prevaleceu na Corte trabalhista a tese de que, ao contrário do atualmente praticado, os adicionais legais e constitucionais destinados a remunerar condições especiais de trabalho - como horas extras, periculosidade, adicional noturno e sobreaviso - não podem ser incluídos no cálculo de complemento, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

Os trâmites burocráticos do sistema de Justiça paralisaram várias vezes o recurso da estatal contra a condenação. A admissibilidade ao STF levou três meses para ser reconhecida, prazo considerado razoável, mas outros dez se passaram até que o processo chegasse ao protocolo da Corte. Somente em fevereiro deste ano foi encaminhado ao relator, ministro Alexandre de Moraes - que até hoje não despachou no processo, embora quatro petições já tenham sido apresentadas.

Neste meio tempo, a Petrobras obteve três decisões favoráveis do Supremo, mas todas em caráter provisório. Em razão dessas liminares, foram sobrestadas cerca de 45 ações coletivas movidas por entidades sindicais e 7 mil individuais, algumas delas já transitadas em julgado. A suspensão vai perdurar até que estejam esgotados todos os recursos a que a empresa tem direito.

O TST chegou a descumprir esse entendimento ao analisar o processo específico de um petroleiro que pedia o pagamento da diferença, mas Moraes impugnou o ato. Capaz de fixar a posição definitiva da Corte sobre o tema, o julgamento do

recurso, que era esperado para ocorrer no plenário virtual no primeiro semestre, ainda não foi pautado.

“A lentidão do Supremo contrasta com a celeridade com que o tribunal concedeu a liminar para paralisar os processos do Brasil inteiro - um pedido inusitado, feito em nome de um recurso futuro, que ainda sequer existia”, afirmou ao **Valor** o advogado da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Normando Rodrigues.

A movimentação mais recente do caso é de 8 de maio: uma petição em que a BR Distribuidora requer aval do STF para substituir por seguro garantia os depósitos judiciais e recursais feitos no âmbito dos processos relacionados à RMNR. Como “empresa-mãe”, a Petrobras já havia feito pedido semelhante. Passados mais de dois meses, as solicitações estão paradas no gabinete de Moraes.

As companhias dizem que a pandemia afetou de forma significativa suas receitas e dinâmicas financeiras, devido a fatores como redução na demanda e aumento da inadimplência. A economia com outros modelos de garantia que não os depósitos ficaria entre 82% a 97,5% - o que, segundo a BR, evitaria o fechamento de postos de trabalho. Na quinta-feira, a Petrobras anunciou que os programas de desligamento voluntário e de aposentadoria incentivada devem reduzir os custos com pessoal em R\$ 4 bilhões por ano até 2025.

Nos autos, sindicatos profissionais afirmaram que a substituição dos depósitos por outras garantias deve ser requisitada não ao STF, mas aos juízes de execução das ações que estão nas instâncias inferiores. Eles ainda repudiaram o fato de a Petrobras, ao recorrer contra a nova fórmula de salários, alegar comprometimento de fluxo de caixa quando, em contrapartida, obteve R\$ 40 bilhões de lucro em 2019, conforme relatório fiscal anexado no processo.

A estatal afirma que o valor financeiro total em contas judiciais à disposição nos tribunais ultrapassa os R\$ 600 milhões. “Há uma expectativa de levantamento de pelo menos R\$ 106 milhões com substituição de garantia”, escreve a equipe jurídica, que defende uma decisão única a balizar todos os processos, e não uma análise caso a caso.

A controvérsia em torno do cálculo de complemento da RMNR começou em 2011, quando um servidor da área de Perfuração e Poços entrou com uma reclamação na 2ª Vara do Trabalho de Mossoró (RN). O pedido para que fosse feito o recálculo da sua remuneração foi negado três vezes - pela primeira e segunda instâncias e pela Quinta Turma do TST.

A defesa do servidor insistiu na tese até que a subseção do tribunal especializada em Dissídios Individuais decidiu submeter o caso à análise do plenário, designando antes uma audiência pública. Em 21 de junho de 2018, o processo foi julgado por um colegiado dividido - a definição pela condenação da Petrobras só veio na manifestação do 25º ministro, que desempatou o placar.

A diferença de apenas um voto criou a expectativa do governo federal de ver a condenação revertida no Supremo. Por outro lado, há um precedente da Corte que o preocupa. Em 2015, em outro caso parecido sobre RMNR, o tribunal entendeu que não estava em discussão a constitucionalidade dos pagamentos pelas condições especiais de trabalho - eles seriam feitos de todo modo, incluídos ou não no cálculo do complemento. A questão era fundamentalmente sobre uma fórmula matemática, o que afastaria o cabimento de recurso extraordinário.

Procurados, o ministro Alexandre de Moraes, a Petrobras e a Advocacia-Geral da União (AGU) não comentaram o assunto até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/07/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Indiretamente, Congresso pressiona dívida da petroleira

A investida do Congresso contra a venda das refinarias da Petrobras, no Supremo Tribunal Federal (STF), foi interpretada como um movimento de pressão política sobre a estatal, num momento em que ela avança com as negociações. Segundo analistas, a politização, em si, não impede o andamento dos negócios, por ora. Potenciais prejuízos vão depender da posição do STF. Eventual revés na Corte, por sua vez, pode significar, indiretamente, retardar a trajetória de redução da dívida e aumento dos dividendos da estatal.

Isso porque a Petrobras conta com o dinheiro da venda das refinarias para reduzir a alavancagem financeira e, assim, aumentar a remuneração aos acionistas. Com uma dívida bruta de US\$ 89,2 bilhões, a companhia prometeu aumentar o pagamento de dividendos para além do mínimo legal quando o endividamento caísse para menos de US\$ 60 bilhões.

Antes da pandemia, a expectativa da estatal era atingir a meta da dívida em 2021, em meio à conclusão da venda das refinarias - avaliadas no mercado entre US\$ 10 bilhões e US\$ 15 bilhões. A alienação desses ativos era tida,

justamente, como o fator que permitiria à petroleira acelerar sua desalavancagem. Com o choque do petróleo e a redução da capacidade de geração de caixa operacional, a importância dos desinvestimentos se acentuou.

Na semana passada, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), questionou o modelo de vendas das refinarias, ao alertar o STF sobre uma suposta manobra do governo para privatizar estatais à revelia do Legislativo. Em 2019, o plenário da Supremo decidiu que a privatização de subsidiárias não precisa de aprovação de lei específica no Congresso - procedimento que se limitaria apenas à venda do controle das “empresas-mãe” (controladoras e holdings). Alcolumbre contesta a estratégia da petroleira de criar subsidiárias para cada uma de suas refinarias, para posterior venda do ativo sem necessidade de aval parlamentar.

Na prática, analistas avaliam que, por ora, a posição do Congresso terá pouco efeito, mas que elevará a politização. “A Petrobras, infelizmente, no imaginário de muitas pessoas e de parte do congressistas, ainda é vista como aquela imagem de ‘o petróleo é nosso’”, diz Adriano Pires, diretor Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Um analista de um importante banco de investimentos lembrou, sob condição de anonimato, que a venda de ativos da petroleira já foi questionada no passado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), STF e ações populares, mas que o assunto sempre foi pacificado.

O advogado Giovani Loss, do escritório Mattos Filho, por sua vez, explica que a estratégia da empresa de criar subsidiárias independentes para cada refinaria, para posterior venda, é uma prática recorrente no mercado. O objetivo, segundo ele, não é “driblar” a lei, e sim limpar os ativos de passivos contingentes, para melhorar a atratividade do negócio. Loss não vê fundamento na posição do Congresso e destaca que as ofertas por ativos da Petrobras já costumam precificar riscos de ordem política. Ele reconhece, porém, que o Congresso alimenta um clima de insegurança jurídica, num momento em que a Petrobras analisa as propostas pela RLAM (BA) e se prepara para receber as ofertas pela REPAR (PR), em agosto. “É um movimento temerário, dado o contexto de uma economia frágil”, comentou.

O diretor de relacionamento institucional da Petrobras, Roberto Ardenghy, disse que vê “com tranquilidade” os questionamentos. Ele afirmou que a estatal mantém a venda dos ativos e lembrou que a alienação é amparada pelo

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). “[A venda] Não é um objetivo de apenas buscar vantagem financeira, mas é também para abrir o mercado.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Cosan propõe holding única e IPOs

Em um movimento há anos almejado pelos investidores, o grupo Cosan caminha para operar com uma única holding e, possivelmente, todas as suas controladas listadas em bolsa. Na segunda tentativa de simplificação societária em pouco mais de um ano e meio, o conselho de administração do grupo de Rubens Ometto, avaliado em R\$ 29,8 bilhões na B3, autorizou o início dos estudos de simplificação societária que, em seis meses, poderá resultar na extinção da Cosan Limited, holding cujas ações são negociadas na Bolsa de Nova York (Nyse), e da Cosan Log, controladora da Rumo.

Ometto seguirá no controle dos negócios via Aguassanta, posição garantida pela bilionária recompra de ações de Cosan S.A., holding que permanecerá após a reorganização, e de Cosan Limited nos últimos anos. O comando do grupo nunca escondeu que essas operações tinham essa finalidade. “Queremos ter apenas uma holding no longo prazo e estamos nos movendo nessa direção, basicamente por meio da recompra de ações”, disse em dezembro Marcos Lutz, então presidente do grupo. Ele saiu em abril e ficou nos conselhos e comitês de várias empresas da Cosan.

A expectativa é a de que, em seis meses - com chances, portanto, de que isso aconteça ainda em 2020 -, as ações de Cosan S.A. sejam detidas diretamente pela Aguassanta, com uma fatia de menos de 50% mas no controle da operação, e o remanescente fique pulverizado no mercado (o chamado “free float”). Sob a única holding estariam Raízen Combustíveis, Raízen Energia (joint venture com a, a recém-constituída Compass (que absorveu Comgás), Moove (lubrificantes) e Rumo. Com exceção da Rumo, já é listada na B3, a intenção é levar os demais ativos à bolsa. No caso da Raízen, a movimentação depende dos planos da Shell.

Conforme o grupo, comitês especiais independentes, constituídos à luz do parecer de orientação 35 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que trata dos deveres de administradores nas incorporações de fusão e incorporação envolvendo controladas, ficarão a cargo da definição das relações de troca entre Cosan Limited e Cosan S.A. e Cosan Log e Cosan S.A.

Em novembro de 2018, quando informou ao mercado que iniciaria a simplificação societária pela incorporação da Cosan Log pela Cosan S.A, a reação dos investidores foi negativa. O primeiro questionamento foi, justamente, sobre a manutenção de duas holdings no topo da estrutura, o que agora pode ser revisto.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	06/07/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

A Petrobras anunciou na sexta-feira o início da fase vinculante para a venda de sua participação restante de 10% no capital da Nova Transportadora do Sudeste (NTS). Segundo a estatal, os potenciais compradores classificados para essa fase, receberão carta-convite com instruções detalhadas sobre o processo de desinvestimento da participação e várias outras informações. A NTS detém atualmente autorizações de longo prazo para operar e administrar um sistema de gasodutos com 2 mil quilômetros e com capacidade para transportar 158,2 milhões de metros cúbicos ao dia de gás natural. Os atuais controladores da NTS são o Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações, gerido pela Brookfield, com 82,35% do capital, e a Itaúsa, com 7,65%.

Warren Buffett no gás

A Berkshire Hathaway, companhia do megainvestidor Warren Buffett, fechou ontem acordo para comprar o negócio de transmissão e armazenamento de gás natural da Dominion Energy, bem como 25% da Cove Point LNG por US\$ 4 bilhões, informaram agências internacionais. A empresa conta com 7 milhões de clientes em 20 estados americanos e é avaliada em US\$ 70 bilhões. Com a compra, o empresário passa a deter 18% do negócio de transmissão interestadual de gás natural dos EUA.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	06/07/2020
Seção:	Agronegócios
Autor:	Camila Souza Ramos — De São Paulo
Título:	FS toma R\$ 530 milhões em crédito verde

Empresa de etanol de milho fez três empréstimos atrelados a metas de sustentabilidade em 2020

Maior indústria brasileira de etanol produzido exclusivamente de milho, a FS, joint venture entre a americana Summit Agricultural Group e a Tapajós Participações, está usando os carimbos de sustentabilidade conferidos pelo mercado para reduzir custos de financiamentos. Em três operações feitas neste ano, a companhia captou R\$ 530 milhões em financiamentos ditos “verdes”, dois deles com juros atrelados a metas socioambientais.

Na semana passada, a companhia firmou com o Santander a primeira contratação de um empréstimo com juros atrelados a metas sustentáveis, na primeira operação do tipo realizada com um banco no Brasil. A operação, de R\$ 180 milhões para capital de giro, com prazo de um ano, pode ter o custo reduzido em até 0,15%, para CDI mais 6,65%, caso todas as metas sejam alcançadas.

Também no fim de junho, a FS concluiu a emissão de R\$ 138,5 milhões em Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), coordenada pelo banco Credit Suisse, com taxa vinculada ao alcance de metas “verdes”. O instrumento teve avaliação positiva da Sitawi, que fornece pareceres sobre finanças sustentáveis. Caso a companhia atinja todas as metas, a sobretaxa pode ser reduzida em 0,21%.

O pontapé inicial da empresa nesses tipos de operação ocorreu no início do ano, ao emitir R\$ 210 milhões em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) em fevereiro, mas estes não estavam vinculados a metas. Três meses depois, esses títulos receberam parecer socioambiental positivo da Sitawi.

“Isso vem em um contexto em que há fundos soberanos e grandes gestores passando uma mensagem forte ao Brasil de que não vão mais investir enquanto não houver regra e compromisso claros dos governos sobre o desmatamento. Então é uma oportunidade de mostrar que temos compromisso com a sustentabilidade”, disse Rafael Abud, CEO da FS.

Na operação com o Santander e no CRI, as metas que a FS terá que cumprir são as mesmas. O atendimento será avaliado em janeiro de 2021 e, em caso positivo, as taxas serão revisadas no mês seguinte.

A primeira meta é melhorar o nível de transparência em seu relatório de sustentabilidade e obter o selo da Global Reporting Initiative (GRI), que estabelece padrões para relatórios corporativos na área. A segunda é conseguir a certificação do Climate Bonds Initiative (CBI), maior organização global de certificação de finanças verdes. A terceira meta é manter-se entre as dez produtoras de biocombustível com menor a “pegada de carbono” no RenovaBio.

Das 220 unidades produtoras de biocombustíveis certificadas no programa até agora, o etanol anidro (misturado à gasolina) da usina da FS de Lucas do Rio Verde (MT) é o que mais “economiza” em emissões em relação ao combustível fóssil, em 71,1 gramas de gás carbônico por megajoule (MJ) de energia gerada. O etanol hidratado da usina teve a segunda melhor nota de eficiência energético-ambiental (70,7 gramas de CO₂ /MJ).

Apesar disso, a parcela do etanol produzido pela FS certificado no programa é pequeno dentro do potencial, já que apenas 12,57% do produto foi considerado elegível. Dentre as usinas credenciadas, é a segunda maior defasagem em relação ao potencial. A empresa quer elevar a elegibilidade no RenovaBio para 22%, mas essa variável não foi incluída nos financiamentos.

Segundo Daniel Lopes, vice-presidente de Desenvolvimento de Novos Negócios, a baixa elegibilidade ante a média, de 87%, explica-se porque uma usina de milho tem muito mais fornecedores que uma de cana. “E muitos dos nossos fornecedores ainda são arcaicos quanto à qualidade da informação”, disse. Se a companhia adotasse a nota padrão do programa para o etanol anidro para que toda sua produção fosse incluída, a nota cairia para 58 g de CO₂ //MJ.

Além disso, parte relevante do milho usado é comprado de tradings, o que leva o grupo a perder a origem. Hoje, quase todos os produtores que fornecem milho diretamente são rastreados pela FS. “Se algum milho foi produzido em área embargada pelo Ibama ou está na lista de trabalho escravo ou infantil, não originamos”, afirmou Abud.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/07/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Empresa ajusta plano de investimentos

FS priorizará ampliação da capacidade de usina em Sorriso (MT)

Após anunciar com pompa o investimento em uma terceira usina de etanol de milho em Mato Grosso em março do ano passado, o aporte da FS na unidade de Nova Mutum pouco andou. Com a demora na licença ambiental estadual, que permitiria o início das obras, a empresa decidiu priorizar a expansão da usina que possui em Sorriso (MT) - os atrasos provocados pela pandemia farão com que a ampliação só seja concluído em março de 2021.

A construção da usina de Sorriso foi concluída em fevereiro deste ano e parte de sua produção turbinou a receitas na safra 2019/20, encerrado em março. A receita do grupo mais do que dobrou na temporada e alcançou R\$ 1,25 bilhão.

A unidade tem atualmente capacidade para produzir 530 milhões de litros de etanol anidro equivalente (que inclui etanol hidratado) ao ano, igual ao tamanho da usina de Lucas do Rio Verde, a primeira da companhia. Com a expansão da usina de Sorriso, que está sendo retomada neste segundo semestre, a unidade deverá alcançar uma capacidade de produção de 800 milhões de litros por ano.

Em Nova Mutum, a única ação da FS até agora foi realizar a terraplanagem, permitida após conseguir licença municipal. Apesar do atraso no licenciamento estadual diante do planejado, a empresa segue com a intenção de construir mais usinas em Mato Grosso e adicionou mais uma unidade a seus planos, na cidade de Querência.

Segundo Rafael Abud, CEO da FS, os financiamentos para os projetos de expansão são obtidos no mercado internacional, através de um parceiro estrangeiro. No Brasil, as operações em mercado de capitais e financiamentos bancários são mais voltados para capital de giro, explicou (*ver matéria acima*).

Apesar da crise que derrubou o consumo de etanol e criou um vale nos preços do biocombustível de meados de março e meados de junho, a FS manteve as vendas. “Continuamos vendendo até como um movimento defensivo para preservar caixa”, disse o CEO.

Abud trabalha com a perspectiva de que a demanda por combustíveis do ciclo Otto deve cair 15% neste ano. Para dirimir essa pressão, a FS buscou novos clientes e realizou vendas para o Nordeste, além de pequenos embarques de etanol para fins sanitários à Europa e ao Chile. “A queda de demanda não afetou nossa capacidade de colocar produto no mercado”, disse.

O executivo afirmou ainda que a companhia continua acreditando em um cenário “muito positivo” para o mercado de etanol no Brasil e que “difícilmente” cancelaria os planos de investimento. “Talvez esse ano e o próximo não tenha recuperação total da demanda, mas dificilmente no longo prazo inverte ciclo de expansão do etanol”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/07/2020****Seção: Política****Autor: Felipe Frazão /Vinícius Valfré - BRASÍLIA****Título: Jetons inflam rendimentos no 1º escalão do governo**

Executivo. Ao todo, 333 civis e 12 integrantes das Forças mantêm cargos remunerados em conselhos de estatais; adicionais chegam a R\$ 40 mil e podem ser somados aos salários

Eleito com discurso de modernizar a máquina pública e reduzir os gastos com o alto funcionalismo, o presidente Jair Bolsonaro repete a prática dos antecessores de abrir espaço a aliados nos conselhos das estatais para pagamentos de jetons. Num dribble às regras do abate-teto, os adicionais chegam a R\$ 40 mil e, somados aos salários, permitem vencimentos superiores ao limite salarial da administração pública – nos casos das empresas públicas não dependentes dos recursos da União.

Atualmente, 333 civis e 12 militares, dos quais dez da ativa, recebem esses extras, sendo que alguns salários somados aos adicionais ultrapassam o teto. A lista inclui os ministros Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia e Inovações) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, que acumulam vencimentos como integrantes do governo e de conselhos de estatais. Só nos primeiros quatro meses de 2020, o gasto com jetons alcançou R\$ 5 milhões.

Em todo 2019, esses adicionais pagos a servidores civis e militares custaram R\$ 18 milhões. Almirante da Marinha, Bento estava até março nos conselhos da Empresa de Pesquisa Energética e da Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep). As atividades rendiam cerca de R\$ 7 mil, que se somavam a R\$ 50,7 mil, brutos, referentes aos vencimentos de ministro e de militar. Em maio, ele trocou a Nuclep por Itaipu, onde a atuação como conselheiro rende outros R\$ 14,9 mil.

O conselho administrativo da hidrelétrica também abriga um auxiliar direto de Bolsonaro, Célio Faria Júnior. Como assessor especial da Presidência, ele tem direito a salário bruto de R\$ 21,5 mil. No final do mês, por causa do jeton, ele recebe bruto R\$ 36,4 mil. O ex-astronauta Marcos Pontes, titular de Ciência, Tecnologia e Inovações, participa do conselho de Administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, supervisionada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Para participar de reuniões na Embrapa, ele ganha a mais R\$ 3,3 mil por mês, além do seu salário de ministro e aposentadoria da FAB.

O secretário especial da Pesca, Jorge Seif Junior, também é membro do conselho fiscal da estatal e recebe o mesmo valor de jeton. Acúmulo. Em fevereiro deste ano, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que os servidores públicos podem acumular os salários dos cargos que ocupam com os jetons dos conselhos de que participam. A Corte, porém, não aprofundou a discussão sobre se o teto deve ou não ser aplicado.

Esse tema chegou ao Supremo por uma ação do PT e do PDT, que tentaram derrubar uma lei de 1996 que autorizava as duas fontes de renda. O governo possui 197 empresas estatais, de controle direto ou acionário. A União indica parte dos conselheiros, enquanto outros vêm da direção das empresas e do corpo de funcionários. Os indicados ocupam vagas nos conselhos de administração ou fiscal. O valor pode chegar a R\$ 21 mil, como no caso do Senac, para participar de uma ou duas reuniões mensais.

Os conselheiros não são apenas do primeiro escalão do governo. Usualmente, ministros usam os jetons para atrair ao serviço público nomes técnicos da iniciativa privada que resistem a salários mais baixos dos cargos de direção e assessoramento superior, conhecido pela sigla “DAS”.

A cúpula dos ministérios é formada por servidores de confiança em cargos como esses, cuja remuneração máxima é de R\$ 17 mil. Ministros de Estado recebem o mesmo que presidente e vice-presidente, R\$ 30,9 mil. Um dos ministérios com mais nomes é a Economia, que possui uma Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Dos dez maiores desembolsos de jetons em 2020, metade foi para auxiliares do ministro Paulo Guedes. O secretário especial da pasta e conselheiro do Banco do Brasil e do BNDES, Waldery Rodrigues Junior, recebe R\$ 14 mil por mês.

O salário dele no ministério é de R\$ 10,3 mil, uma remuneração residual porque ele tem direito a outros R\$ 35 mil do Senado, de onde está cedido ao Executivo. Mas nenhum jeton é maior que o pago pela Embraer. Membro do conselho da empresa até maio, o tenente-brigadeiro do ar José Magno de Resende Araújo recebia R\$ 40,7 mil mensais, quantia que somava aos R\$ 33,5 mil brutos, referentes ao salário da Aeronáutica. O grupo se reúne ordinariamente oito vezes por ano e extraordinariamente por convocação do presidente da empresa.

As brigas entre a direita bolsonarista e a direita liberal expuseram as negociações por cargos no governo Bolsonaro e geraram um embate no DEM. Ícone do Carlismo, o ex-deputado José Carlos Aleluia recorreu à bancada do partido para conseguir um espaço na administração federal e foi reconduzido pelo governo ao conselho de Itaipu. O deputado Kim Kataguirí (SP) bateu boca nas redes sociais com o filho de Aleluia, o vereador em Salvador (BA) Alexandre

Aleluia – que aderiu ao bolsonarismo e é um dos principais entusiastas do partido em gestação Aliança pelo Brasil no Nordeste.

Kataguiiri acusou o atual conselheiro de Itaipu – que também passou em postos comissionados no Ministério da Saúde recentemente – de “mendigar cargo para a bancada federal”. José Carlos Aleluia afirmou possuir profundo conhecimento do sistema elétrico brasileiro e disse que sua recondução foi uma escolha pautada por critérios técnicos do ministro Bento Albuquerque. “Nada teve de política, foi indicação do ministro Bento, que me conhece. Tenho atuação técnica. Não tem nada a ver com o partido. Fui relator da grande maioria das matérias do setor elétrico no Congresso durante mais de 20 anos.”

Controle. Os jetons não são ilegais. Segundo o Ministério da Economia, ao todo são 505 assentos em conselhos fiscais e de administração nas empresas estatais federais de controle direto da União. Os indicados precisam submeter currículos e passar pelo crivo da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Cabe ao departamento a operacionalização da indicação. “A Sest realiza a análise prévia de compatibilidade, na qual verifica o preenchimento dos requisitos e a não incidência das vedações previstas na Lei das Estatais, a partir de documentos apresentados pelo indicado e da ficha autodeclaratória de que o mesmo está ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais que eventuais declarações falsas podem acarretar”, informou a pasta.

Após análise prévia da Sest, há ainda uma consulta administrativa à Casa Civil, que precisa aprovar a escolha. Só em seguida a solicitação vai à empresa estatal para as formalidades. A Aeronáutica informou que a União “tem direito de eleger um membro efetivo do Conselho de Administração e respectivo suplente” e que a remuneração a servidores em conselhos de empresas nas quais detém participação “tem natureza privada e não pública”.

A reportagem procurou pelos ministros citados, por meio das assessorias de imprensa, para que comentassem as respectivas participações em conselhos. Não houve resposta. Por meio da Secom, o Palácio do Planalto disse que não iria comentar. O advogado-geral da União, José Levi, que era conselheiro da BB Consórcios até antes de assumir a atual função.

“Não se trata de motivação de (quadros) técnicos, mas de retribuição por encargo assumido que implica potencial responsabilidade pessoal”, disse Levi, por meio da assessoria. Ele destacou, ainda, que assumiu uma redução nos ganhos ao renunciar ao conselho para se dedicar à pasta. Rogério Marinho também recebia jetons do Sesc até tornar-se chefe do Desenvolvimento Regional. Não houve manifestação da pasta.

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/07/2020****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: A velha Mataripe**

O que se diz na Rádio Corredor é que a estatal chinesa Sinopec, sempre ela, também fez uma proposta de compra pela Refinaria Landulpho Alves/Mataripe, na Bahia.

Um pouco de história: Mataripe, que completa 70 anos em setembro, é anterior à criação da Petrobras. Sua instalação está ligada às primeiras descobertas de petróleo ali perto.

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/07/2020****Seção: Editorial****Autor:****Título: Governo acena ao Legislativo com um novo pacote**

Ministro Paulo Guedes informou que apresentará propostas de reformas após período emergencial

O ministro da Economia, Paulo Guedes, informou ao Congresso que possui um novo portfólio de propostas reformistas para apresentar “assim que acabar o período emergencial”.

Indicou a decisão governamental de instituir a renda mínima, que chamou de Imposto de Renda negativo. Ela viria acompanhada de desonerações “da mão de obra mais simples”.

Haveria, também, um programa de difusão do microcrédito, complementado por um “bônus de adimplência”, espécie de prêmio fiscal aos micro, pequenos e médios empreendedores — desde 2002 existe lei (nº 10.637) com objetivo similar aplicável a pessoas jurídicas, com base no lucro real ou presumido.

No pacote ao Legislativo, disse o ministro, também devem constar medidas para “aperfeiçoamento do marco regulatório” de alguns setores. Listou: “Cabotagem, setor elétrico, gás natural e petróleo — este para sair da (fórmula atual de) partilha para concessão.” Confrontado por parlamentares preocupados com sinais de corrosão na confiança dos investidores estrangeiros, Guedes tergiversou: “Não existe obsessão de trazer capital estrangeiro, não. Não acho

que salvação é capital estrangeiro, não. A salvação é investimento. Nós vamos fazer e vamos criar os empregos.”

Como? Na lógica governamental, a saída está na mudança da regulação. Exemplificou com o segmento de petróleo: “Por que as 17 maiores petroleiras do mundo não vieram ao leilão da nossa cessão onerosa? A resposta é muito simples: o sistema de partilha é um sistema desastroso. É desastroso. Foi montado por petroleiras francesas para trabalhar com ditaduras corruptas na África. Então, as maiores petroleiras do mundo se recusam a participar. O que explica a ausência dos petroleiros estrangeiros, das maiores petroleiras do mundo no nosso leilão de cessão onerosa foi, exatamente, o fato da corrupção que é permitida com o sistema de partilha. Essa foi a resposta técnica dos próprios petroleiros para nós, quando nós perguntamos sobre a ausência.”

Pelo calendário de Guedes, o Congresso terá o último quadrimestre para aprovar esse novo pacote. O chefe da Economia se diz disposto, também, a apresentar projetos mais abrangentes, como o das reformas tributária e administrativa, prometidas há cerca de um ano e ainda não entregues ao Legislativo. A tributária está “toda preparada de novo” e a administrativa, “pronta também”. Segundo ele, agora só depende dos parlamentares.

Não é bem assim. O Congresso possui um calendário diferente, que neste segundo semestre está dominado pelas eleições municipais em mais de 5,5 mil municípios.

O governo deveria se esforçar em entendimentos com a Câmara e o Senado para não deixar para o próximo ano as reformas tributária e administrativa. São importantes até para resgatar a confiança dos investidores.

MME / ASCOM .